

Mudança toponímica: nomes de bairro da cidade de Belo Horizonte

Toponymic change: neighborhood names in the City of Belo Horizonte

César Nardelli CAMBRAIA 

Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte, Brasil
nardelli@ufmg.br

Lucas Cristino DRUMOND 

Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte, Brasil
ducaslrumond@gmail.com

Resumo: Este estudo teve como objetivo analisar a baixa estabilidade dos topônimos referentes a nomes de bairro da cidade de Belo Horizonte. Foram analisados 391 topônimos atestados entre 1897 e 1961 e seus correspondentes no ano de 2026 (nos sistemas oficial e popular). A análise se fundamentou na abordagem principiológica de Cambraia e Seabra (2024), conjugada com uma adaptação do modelo taxionômico de Dick (1990). Testou-se a hipótese de que a referida baixa estabilidade foi decorrente de uma política de extensão de denominações, o que foi confirmado, uma vez que 75% dos topônimos atuais (no sistema oficial) que substituíram os correspondentes de 1897 a 1961 e 58,6% (no sistema popular) eram pré-existentes no sistema toponímico da cidade, ou seja, foram estendidos para áreas contíguas que tinham outras denominações. Pôde-se também atestar que a matriz toponímica da cidade de Belo Horizonte se baseou historicamente, de forma geral, no quarteto *sociotopônimo*, *antropotopônimo*, *corotopônimo* e *hagiotopônimo*, com atual prevalência de *antropotopônimo* no sistema oficial e de *sociotopônimo* no sistema popular para as áreas da cidade consideradas neste estudo.

Palavras-chave: linguística histórica; toponomástica; toponímia urbana; Belo Horizonte.

Abstract: This study aimed to analyze the low stability of toponyms referring to neighborhood names in the City of Belo Horizonte. 391 toponyms attested between

1897 and 1961 and their corresponding names in 2026 (in the official and in the popular system) were analyzed. The analysis was based on the principle-based approach of Cambaia and Seabra (2024), combined with an adaptation of Dick's taxonomic model (1990). It was tested the hypothesis that this low stability resulted from a policy of extending names and it was confirmed, since 75% of the current toponyms (in the official system) that replaced the corresponding names from 1897 to 1961 and 58,6% (in the popular system) were pre-existing in toponymic system of the city, that is, they were extended to adjacent areas that had another names. It was also verified that the toponymic matrix of the City of Belo Horizonte has historically been based, in general, on the quartet of sociotoponyms, anthrotoponyms, chorotoponyms and hagiotoonyms, with anthrotoponyms currently prevailing in the official system and sociotoponyms in the popular system for the areas of the city considered in this study.

Keywords: historical linguistics; toponomastics; urban toponymy; Belo Horizonte.

1 INTRODUÇÃO

A toponímia urbana está sujeita aos processos de variação e de mudança, uma vez que é uma forma de manifestação linguística e a linguagem humana é constitutivamente dinâmica. Um caso de interesse nesse domínio é o da toponímia da atual capital do Estado de Minas Gerais. A cidade de Belo Horizonte foi fruto de um planejamento iniciado em 1893, que culminou na sua inauguração em 12 de dezembro de 1897¹. No plano original, a nova capital estava dividida em três zonas (área urbana, zona suburbana e sítios). Em 1896, já tinha começado o processo de implementação progressiva, na zona suburbana, de seis núcleos coloniais (*Carlos Prates*, *Córrego da Mata* [depois *Américo Werneck*], *Bias Fortes*, *Adalberto Ferraz*, *Afonso Pena* e *Vargem Grande*), que foram reintegrados à zona suburbana entre 1912 e 1923. A partir de 1919, iniciou-se a aprovação do loteamento de vilas fora da área urbana e da zona suburbana de forma geral. Os bairros atuais da cidade são fruto da formação desses espaços (área urbana, zona suburbana, núcleos coloniais e vilas). A Prefeitura de Belo Horizonte trabalha atualmente com dois sistemas de divisão relacionados a bairro: *oficial* (com limites vinculados aos sucessivos parcelamentos aprovados ao longo da história da cidade, em conjugação com intervenções posteriores da administração pública) e *popular* (com limites estabelecidos

¹ Para uma descrição minuciosa de todo o processo, cf. Barreto (1996).

originalmente pela LM 9691, de 19/01/2009)². Em um estudo prévio sobre os nomes de bairro³ da cidade de Belo Horizonte atestados entre 1897 e 1961, Cambráia e Drumond (2025) constataram que uma das características marcantes desse tipo de topônimo nessa localidade foi a baixa estabilidade, ou seja, houve muitas mudanças no curso do tempo. No presente estudo, pretende-se aprofundar a análise dessa baixa estabilidade, a fim de compreender as razões dessa especificidade.

2 A TOPOMÁSTICA EM UMA PERSPECTIVA PRINCIPOLÓGICA

A *toponomástica* é o campo dos estudos linguísticos que se ocupa de *topônimos* (nomes próprios de lugar). O conjunto de topônimos de uma localidade é a sua *toponímia*.⁴

Tradicionalmente, os estudos de toponímia no Brasil têm dado grande ênfase à questão da *motivação toponímica*. O signo toponímico, segundo com Dick (1990), tem como uma de suas principais características ser motivado e essa motivação se manifesta em dois momentos:

primeiro, na intencionalidade que anima o denominador, acionado em seu agir por circunstâncias várias, de ordem subjetiva ou objetiva, que o levam a eleger, num verdadeiro processo seletivo, um determinado nome para este ou aquele acidente geográfico;

e, a seguir, na própria origem semântica da denomi[na]ção, no significado que revela, de modo transparente ou opaco, e que pode envolver procedências as mais diversas (Dick, 1990, p. 18).

Dick (1990) propôs um modelo taxionômico, amplamente adotado no Brasil, para descrever as motivações que determinam a seleção de uma denominação específica como topônimo, distribuindo as classes em duas grandes categorias: as de *natureza física* e as de *natureza antropocultural*. Enquadram-se, na primeira categoria, taxes como a dos *astrotopônimos*

² Em nome da simplicidade, adotam-se aqui as abreviaturas LM (Lei Municipal) e DM (Decreto Municipal).

³ Considera-se aqui o termo *bairro* em um sentido lato, abarcando inclusive antigos povoados, núcleos coloniais e vilas dentro dos limites da cidade, além de loteamentos contendo elementos genéricos como *parque*, *jardim*, *parque jardim*, *cidade jardim*, *chácara*, *confraria*, *pedreira*, etc.

⁴ Adota-se aqui a diferenciação entre os termos *toponomástica* e *toponímia* recomendada, pelo menos, desde Corominas e Pascual (1980, v. 5, p. 550).

(corpos celestes), *cardinotopônimos* (posições geográficas); *fitotopônimos* (índole vegetal), *geomorfotopônimos* (formas topográficas e formações litorâneas), *hidrotopônimos* (acidentes hidrográficos), dentre outras; e, na segunda categoria, taxes como a dos *animotopônimos* (vida psíquica e cultura espiritual), *antropotopônimos* (nomes próprios individuais), *corotopônimos* (nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes), *ergotopônimos* (elementos da cultura material), *hagiotopônimos* (santos e santas do hagiológico romano), dentre outras.

Mais recentemente, Cembraia e Seabra (2024) propuseram uma abordagem principiológica para dar conta da estruturação da toponímia urbana, retomando a busca de generalizações iniciada por Backheuser (1949-1950). Nessa nova abordagem, busca-se interpretar a organização da toponímia urbana com base nos dezoito seguintes princípios já inferidos da análise de dados referentes à cidade de Belo Horizonte⁵:

- a) princípio da unicidade: um topônimo não deve apresentar multiplicidade;
- b) princípio da universalidade: todo logradouro deve apresentar topônimo;
- c) princípio da estabilidade: um topônimo deve ser permanente, exceto em certas circunstâncias;
- d) princípio da extensão limitada: um topônimo deve ter extensão curta;
- e) princípio da impessoalidade: um topônimo não deve se referir a pessoa viva;
- f) princípio da moralidade: um topônimo não deve se referir a pessoa que tenha tido conduta reprovável;
- g) princípio da significância: um topônimo não provisório deve apresentar um significado;
- h) princípio da legibilidade: um topônimo deve ser legível pela população;
- i) princípio da legalidade: um topônimo é provisório até que seja oficialmente outorgado;
- j) princípio da pertinência: um topônimo deve ter conexão com a geografia ou a história da localidade;

⁵ Este conjunto considera os originalmente propostos por Cembraia e Seabra (2024), mas já com os adendos e adaptações de Cembraia e Seabra (2025) e Cembraia e Drumond (2025).

- k) princípio da continuidade: um mesmo topônimo deve ser aplicado a todo o trajeto de uma via pública se ela não apresentar interrupção;
- l) princípio da unidade temática: topônimos de um novo parcelamento devem apresentar unidade temática, ou seja, tema de mesma natureza;
- m) princípio da supletividade: a ausência de topônimo de um tema deve ser suprida com a adoção de topônimo correlato;
- n) princípio do vetor antropotoponímico: topônimos novos devem ser antropotopônimos;
- o) princípio da relação tópica: topônimos devem a ser atribuídos a logradouros com vínculo com sua referência;
- p) princípio da resiliência: tipos diferentes de logradouros apresentam graus diferentes de resistência à mudança toponímica;
- q) princípio da carga semântica: topônimos não devem ser compostos de elementos com carga semântica negativa; e
- r) princípio da adjacência: topônimos novos sofrem influência das denominações adjacentes.

Esses princípios atuam como orientações no processo de seleção de topônimos efetuado por particulares (proprietários de loteamentos) e pelo poder público (sobretudo o legislativo e o executivo) e interagem de forma bastante complexa. Assim, por exemplo, um “candidato” a topônimo a ser atribuído pelo poder público pode ter sido selecionado inicialmente dentre outros por se referir a uma pessoa (*princípio do vetor antropotoponímico*) vinculada à história da localidade (*princípio da pertinência*), mas não vir a ser implementado por essa pessoa estar em vida (*princípio da impessoalidade*).

Em uma primeira experiência de aplicação dessa nova abordagem à toponímia referente a nomes de bairro da cidade de Belo Horizonte atestados entre 1897 e 1961, Cambraia e Drumond (2025), considerando a questão em comparação com a de logradouros básicos (ruas, avenidas e praças) da mesma localidade, constataram que:

Foi possível verificar, primeiramente que há semelhanças, como a forte atuação dos princípios da unicidade, da universalidade, da extensão limitada, da impessoalidade, da moralidade, da

significância, da legibilidade, da pertinência, da relação tópica e da carga semântica, apesar da existência de eventuais itens que escapavam à regra. Mas houve também diferenças, em função da fraca ou nenhuma atuação dos princípios da estabilidade, da legalidade, da continuidade, da unidade temática, da supletividade e do vetor antropotoponímico. (Cambraia; Drumond, 2025. p. 22)

3 A MUDANÇA TOPONÍMICA

Estudos sobre a mudança toponímica dentro do espaço geográfico do Brasil são relativamente raros e, considerando especificamente nomes de bairro, ainda menos comuns. Três estudos de interesse para a presente discussão, porque trataram da questão da mudança, são os que foram realizados por Ramos e Venâncio (2002), referente ao Estado de Minas Gerais, e por Ramos (2008) e Santiago (2021), referentes ao Estado da Bahia.

Ramos e Venâncio (2002) analisaram duas amostras: nomes de cidades mineiras ao longo dos séculos XVIII e XX e nomes oficiais e populares de favelas da cidade de Belo Horizonte. Para os nomes de cidade, a hipótese inicial foi a de que as mudanças estariam relacionadas à tentativa de valorizar personalidades históricas, a qual não foi confirmada, uma vez que, na época do estudo, apenas 61 localidades (7,1%) eram designadas por nomes de pessoas. Constataram, porém, que as mudanças estavam mais vinculadas ao “apagamento” de nomes religiosos (66,9% dos casos) e que haveria o seguinte percurso básico: *nome descritivo > nome religioso > nome indígena > nome de pessoa > nome com sufixo -polis ou -lândia*. Para os nomes de favela, a hipótese inicial foi a de que, quanto maior é a presença do Estado, menor é a presença de nomes descritivos, pois a interferência do poder público (no caso, a Prefeitura) acarreta alteração do nome. Verificaram que, tal como no caso de municípios, o nome oficial, por oposição ao não oficial, apaga marcas da tradição popular: considerando a situação dos 154 nomes em 1999, os não oficiais mais frequentes eram populares (44,7%), de base descritiva, e os oficiais eram religiosos (35,5%), atestando, assim, duas fases o percurso identificado para cidades (*nome descritivo > nome religioso*).

Ramos (2008) estudou topônimos dos 417 atuais municípios da Bahia de cinco sincronias (1827, 1890, 1940, 1970 e 2000) levando em conta cinco critérios cumuláveis com dez categorias: (a) mudança espontânea × planejada; (b) mudança parcial × total; (c) mudança por ampliação

(topônimo inovador é maior do que seu antecessor) × por redução (topônimo inovador é menor do que seu antecessor); (d) mudança interna (alteração fonética ou gráfica em relação ao topônimo antecessor) × externa (tradução literal ou aproximada do topônimo antecessor para outra língua); e (e) mudança por conservação lexical (o novo topônimo conserva algum formante de anterior) × por regressão (retomada de topônimo anterior). O pesquisador concluiu que não houve um padrão contínuo ou previsível, sendo os processos de mudança muitas vezes variados, cumulativos e, por vezes, até sobrepostos, o que não apenas dificultava a análise dos dados, como também impossibilitava a afirmação de uma tendência local ou universal de mudança toponímica. Constatou, porém, como fatores mais comuns que geraram as mudanças toponímicas: pressões políticas e sociais; valorização de elementos indígenas (principalmente tupis) em alguns períodos históricos, como no pós-Independência; declínio de referências religiosas; e ascensão de nomes associados ao poder político no século XX. No que se refere à motivação, verificou que havia um grande predomínio da de natureza antropocultural no início (83,34%), mas mais sutil nas duas fases finais (53,64% e 54,9%). Segundo apurou, a atribuição de nomes descritivos e nomes comemorativos foi a mais recorrente, constituindo essas classes *arquetipos toponímicos*, segundo interpretação de Dick (1990).

Santiago (2021) estudou a toponímia baiana no período setecentista (1761-1807) com base em três mapas históricos da Capitania da Bahia de Todos os Santos, os quais lhe forneceram 212 topônimos de base portuguesa. Propôs um modelo dos mecanismos de nomeação: (a) *macromecanismos* (dizem respeito aos mecanismos elementares de nomeação, a saber: *descrição*, com registro de propriedades do lugar ou a ele relacionadas, e *toponimização*, com passagem de uma lexia de outro subsistema de origem, como o antropônimo, para nomear um lugar); (b) *mesomecanismos* (que constituem um primeiro nível de especificação das formas em que ocorrem os macromecanismos, muito suscetíveis à ampliação com registro de novas propriedades); e (c) *micromecanismos* (que formam o nível mais detalhado de descrição e o mais suscetível à ampliação a partir da identificação de novas modalidades). Constatou que 50 (23,58%) nomeiam acidentes de natureza física e 162 (76,41%) de natureza humana. No primeiro caso, predominam os nomes de rio (7,54%); e, no segundo, os sítios (21,22%). No *corpus* de sua pesquisa, predominam os

topônimos de natureza antropocultural (60,37%), dentre os quais são mais frequentes os hagiotoônimos (17,92%). Dentre os de natureza física (39,63%), predominam os geomorfotoônimos (14,62%). Muitas das alterações formais constatadas se deveram à introdução de unidades dialetais inovadoras, cuja marca principal foi geração de adaptações fonéticas e morfossintáticas nos topônimos, como desnasalização, alçamento vocálico, rotacismo e metátese, no âmbito fonético, e de simplificações estruturais, reduções toponímicas, reorganização dos constituintes internos e construções híbridas, no âmbito morfossintático. O pesquisador destacou ainda a importância da variação entre as nomeações oficial e popular, pois muitas das alterações citadas ocorriam espontaneamente na fala e também na escrita pela ausência de um controle normativo.

4 HIPÓTESE DE TRABALHO E METODOLOGIA

Considerando que, em estudo prévio, Cambraia e Drumond (2025) constataram uma baixa estabilidade nos topônimos referentes a nomes de bairros da cidade de Belo Horizonte (com 61% de casos de mudança no sistema popular), hipotetiza-se aqui que *essa baixa estabilidade foi decorrente de uma política de extensão de denominações*, ou seja, muitos nomes de bairro foram substituídos por outros que já existiam, os quais foram estendidos para abarcar porções maiores do tecido urbano. O fato de cada parcelamento de terra dentro dos limites da cidade ter recebido, ao longo do tempo, quase sempre, uma denominação diferente, independentemente de sua área, criou uma grande quantidade de nomes de bairro, resultando inclusive na emergência de casos eventuais de multiplicidade. A solução para essa abundância de nomes de bairro terá sido fazer valer o princípio da continuidade, estendendo nomes de bairros específicos para os loteamentos contíguos e, conseqüentemente, suprimindo os casos de multiplicidade em obediência ao princípio da unicidade. O presente estudo, portanto, busca interpretar as causas da baixa estabilidade dos nomes de bairro da cidade de Belo Horizonte com base nos princípios de estruturação da toponímia urbana propostos por Cambraia e

Seabra (2024), com as adaptações subsequentes, conjugados com uma adaptação do modelo taxionômico de Dick (1990)⁶.

Do ponto de vista metodológico, o presente estudo tomou como ponto de partida o *corpus*⁷ de 356 nomes de bairro da cidade de Belo Horizonte atestados entre 1897 e 1961 compilado por Cambraia e Drumond (2025). Esses topônimos foram coletados a partir de um conjunto de fontes formado por mapas, croquis de parcelamento, listas e guias de ruas, anuários e normas (leis, decretos-leis, decretos, etc.) e foram distribuídos em seis faixas temporais (1897-1918, 1919-1928, 1929-1936, 1937-1944, 1945-1952 e 1953-1961) por data de primeira atestação. A ampliação da documentação disponível indicou a necessidade de algumas adaptações a esse *corpus*: (a) exclusão de *Vila Ana Lúcia*, porque pertencia à cidade de Sabará, e de *Vila São Mateus*, porque equivaleria a *Bairro Tijuco* da cidade de Contagem; (b) deslocamento de *Bairro do Quartel* para a faixa 1897-1918, de (*Morro das Pedras* para 1929-1936 e de *Vila Aurélio Lobo*, *Barreiro de Cima* e *Barreiro de Baixo* para 1945-1952; (c) retificação de *Bairro Tupi* para *Vila Tupi*, com mudança para a faixa 1953-1961 ; e (d) inclusão de *Bairro Ponte do Sacco*, *Caixa d'Água* e *Confraria São Vicente* na faixa 1897-1918, *Chácara Salles* na faixa 1919-1928, *Arrudas* e *Posto Veterinário* na faixa 1929-1936, *Vila Cel. José Benjamim*, *Col. Arnaldo*, *Campo América*, *Estação E. F.*, *Palácio*, *Pr. Estação*, *Santa Casa* e *P. Brochado* na faixa 1937-1944 e *Chácara do Córrego do Nado* na faixa 1945-1952⁸. Decidiu-se também incorporar a denominação das 14 seções da área urbana e das 8 da zona suburbana (baseadas em ordinais) na análise. No final, portanto, o *corpus* ficou composto de 391 denominações atestadas entre 1897 e 1961, as quais foram confrontadas com as das suas

⁶ O modelo de Dick (1990) tem apresentado dificuldades para ser aplicado a qualquer tipo de topônimo (especialmente os da toponímia urbana), por isso adotou-se aqui uma adaptação dele. Assim, p. ex., uma forma como *Bairro Santa Efigênia* foi classificada como sociotopônimo, porque se refere primariamente ao templo (Igreja de Santa Efigênia) e não à santa (Santa Efigênia). No entanto, os nomes de pessoa que foram convertidos em nome de santos (p. ex., *Leopoldo* > *São Leopoldo*) foram de fato classificados como hagiotopônimos, porque esta era a estratégia para serem “aceitos” oficialmente em função do bloqueio que o princípio da impessoalidade impunha.

⁷ Adotou-se aqui a concepção de *corpus* descrita por Crystal (1988, p. 70) como “conjunto de DADOS LINGÜÍSTICOS, seja em textos escritos ou em uma TRANSCRIÇÃO de uma fala gravada, que pode ser usado como ponto de partida para uma descrição linguística ou uma maneira de verificar uma hipótese a respeito da língua”.

⁸ Em certos registros, a localização de logradouros por bairros aparece associada a equipamentos urbanos e esses casos também foram incluídos, mesmo que não tenham se implementado definitivamente como nomes de bairro no curso do tempo.

áreas correspondentes no ano de 2026 considerando as formas dos sistemas oficial e popular⁹.

5 DESCRIÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

O primeiro aspecto a ser analisado é a relação entre os 391 topônimos referentes a nomes de bairro da cidade de Belo Horizonte atestados entre 1897 e 1961 e as denominações correspondentes em 2026 para as respectivas áreas¹⁰. Levaram-se em conta aqui inicialmente os dois sistemas de bairro já mencionados: o oficial e o popular. Consideraram-se como casos de *manutenção* aqueles em que há coincidência de alguma parte do elemento específico do topônimo precedente e o atual e como casos de *mudança* aqueles em que não há coincidência de nenhuma parte. Assim, casos como o de *Vila Nossa Senhora da Glória*, que corresponde hoje a *Bairro da Glória* (no sistema oficial) e a *Bairro Glória* (no sistema popular), foram considerados como de manutenção, mesmo a forma atual não sendo exatamente igual à precedente. A relação entre a forma de um topônimo antigo e a de seu correspondente contemporâneo é, na verdade, gradiente, porque há uma grande diversidade de padrões intermediários entre os polos de *manutenção total* (cf. *Bairro Serra*, antes e hoje) e de *mudança total* (cf. *Vila Recreio* antes e *Bairro Ouro Preto* hoje, tanto no sistema oficial quanto no popular).

⁹ Ambos podem ser conhecidos de forma bastante dinâmica através da base online BHMAP, mantida pelo setor de Infraestrutura de Dados Espaciais da Prefeitura de Belo Horizonte (<https://bhmap.pbh.gov.br>). Deve-se enfatizar que, apesar de o termo técnico usado pela prefeitura para um dos sistemas ser *popular*, esse sistema foi positivado oficialmente por meio da já referida LM 9691/2009 (com alterações posteriores); portanto, esse sistema, na forma vigente a partir de 2009, foi fixado por órgão estatal, ainda que se tenham incorporado denominações que surgiram espontaneamente ao longo dos anos.

¹⁰ Deve-se esclarecer que essa correspondência é aproximativa, porque os limites das áreas referentes a denominações muito antigas não eram rigorosamente marcados e, além disso, houve quase sempre casos de mudanças de pequenas frações de um bairro para outro. Por isso, a correspondência levou em conta as porções principais de cada loteamento. Usou-se também o software de georreferenciamento QGIS para obtenção da correspondência entre áreas representadas em diferentes mapas e plantas antigos da cidade ao longo do tempo.

Tabela 1 – Topônimos de bairros da cidade de Belo Horizonte de 1897 a 1961 por destino em relação a 2026 (sistema de bairro oficial)

	1897-1918	1919-1928	1929-1936	1937-1944	1945-1952	1953-1961	Total
Manutenção	35 (38,5%)	26 (70,3%)	29 (47,5%)	6 (21,4%)	38 (46,3%)	33 (35,9%)	167 (42,7%)
Mudança	56 (61,5%)	11 (29,7%)	32 (52,5%)	22 (78,6%)	44 (53,7%)	59 (64,1%)	224 (57,3%)
Total	91 (100%)	37 (100%)	61 (100%)	28 (100%)	82 (100%)	92 (100%)	391 (100%)

Fonte: elaborada pelos autores

Tabela 2 – Topônimos de bairros da cidade de Belo Horizonte de 1897 a 1961 por destino em relação a 2026 (sistema de bairro popular)

	1897-1918	1919-1928	1929-1936	1937-1944	1945-1952	1953-1961	Total
Manutenção	26 (28,6%)	10 (27,0%)	20 (32,8%)	8 (28,6%)	43 (52,4%)	35 (38,0%)	142 (36,3%)
Mudança	65 (71,4%)	27 (73,0%)	41 (67,2%)	20 (71,4%)	39 (47,6%)	57 (62,0%)	249 (63,7%)
Total	91 (100%)	37 (100%)	61 (100%)	28 (100%)	82 (100%)	92 (100%)	391 (100%)

Fonte: elaborada pelos autores

Ambas as tabelas mostram que mais da metade das denominações de bairros da cidade de Belo Horizonte em uso entre 1897 e 1961 são diferentes em relação às vigentes no ano de 2026: 57,3% no sistema oficial e 63,7% no popular. Vê-se, ademais, que o sistema oficial é mais conservador do que o popular (com diferença a mais de 6,4 p.p. para este último).

Levando em conta o princípio da estabilidade, seria de supor que, quanto mais antiga fosse a denominação, maior seria a sua taxa de manutenção. Para o sistema oficial, essa suposição parece sustentável apenas na faixa 1919-1928 (com 70,3% de manutenção), época em que houve uma grande quantidade de loteamentos de vila, muitos dos quais ainda hoje mantêm seu nome original no sistema oficial. Para o sistema popular, os dados não confirmam essa suposição, já que as taxas mais baixas de manutenção estão nas faixas mais antigas, sendo a mais baixa justamente a de 1919-1928 (27% de manutenção). Vê-se, portanto que, enquanto no sistema oficial a denominação de muitas vilas frequentemente se manteve, o contrário se passou no sistema popular.

Para ir adiante na avaliação da hipótese de trabalho de que a baixa estabilidade dos nomes de bairro da cidade de Belo Horizonte de 1897 a 1961

foi decorrente de uma política de extensão de denominações, é necessário analisar com mais detalhe os casos de mudança.

No processo de mudança, percebem-se dois padrões básicos:

- a) *substituição por topônimo novo*, como no caso de *Vila Maria Brasilina* > *Bairro Sagrada Família* (DM 180, 31/07/1946), nos sistemas oficial e popular; e
- b) *substituição por topônimo pré-existente*, como no caso de *Vila São João* > *Bairro Sagrada Família* (este último já tinha passado a existir antes desta mudança ao substituir o da antiga Vila Maria Brasilina e depois foi estendido também para a área da antiga Vila São João), no sistema popular.

A substituição por topônimo novo, por sua vez, pode ocorrer em três situações:

- a) *junção*: diversas denominações desaparecem, sendo substituídas por uma única nova, que é aplicada ao conjunto das áreas que foram unidas em um só bairro, como no caso de *Bairro Araguaia*, que substituiu *Bairro Maravilhoso*, *Parque Industrial São Clemente*, *Vila Santa Cláudia* e *Vila Vânia* (DM 3134, 20/10/1977)¹¹, nos sistemas oficial e popular;
- b) *cisão*: uma denominação desaparece, sendo substituída por diversas outras que são aplicadas a cada parte desmembrada da área original, como no caso de *Núcleo Colonial Afonso Pena*, que corresponde às áreas de uma grande quantidade de bairros (Santa Lúcia, São Bento, Vila Paris, dentre outros) presentes no sistema popular; e
- c) *substituição simples*: uma mesma área apenas muda de denominação, como no caso do Bairro Industrial, que passou a se chamar *Bairro São Cristóvão* (LM 455, 29/01/1955), presente nos sistemas oficial e popular.

¹¹ A opção do poder público pela denominação *Araguaia* neste caso parece ter ocorrido como reaproveitamento de topônimo aplicado originalmente a uma avenida na época da fundação da cidade, o qual foi substituído por *Avenida Francisco Salles* (DM 71, 05/03/1936). É possível que essa lógica tenha sido seguida em outros casos, como se vê no de *Bairro Mantiqueira* (DM 2995, 05/01/1977), que também denominou no passado avenida, a qual passou a *Avenida Professor Alfredo Balena* (LM 161, 17/07/1950). Esses casos evidenciam a necessidade de se considerar existir uma interação entre denominação de logradouros e de bairros, feita através de um processo de remanejo entre os sistemas.

Também foram considerados como casos de substituição por topônimo novo aqueles em que um topônimo foi substituído por outro que já tinha sido empregado antes para a área respectiva, ou seja, os casos de reversão¹². Considerando o fato de que o topônimo que já tinha sido empregado antes desapareceu do sistema respectivo, sua retomada mais adiante não constituiu uma adoção de pré-existente, porque, no momento da retomada, ele não fazia mais parte do sistema. Registre-se aqui que a presente análise considerou as formas existentes na documentação de que foi extraído o *corpus*, então a classificação como reversão levou em conta estritamente os registros documentais. Esses casos foram raríssimos (apenas 6 dentre 224 de mudança no sistema oficial e 5 dentre 249 no sistema popular).

Para fins de melhor esclarecimento, os dados das tabelas 3 e 4 a seguir registram quantos topônimos atestados na faixa de tempo considerada foram substituídos, em relação a seus correspondentes em 2026, por topônimos pré-existent (que já faziam parte do sistema toponímico da cidade antes da substituição em questão e foram estendidos) ou novos (que não faziam parte). Assim, p. ex., o topônimo *Menezes*, atestado em 1897-1918, foi substituído posteriormente por *Bonfim*, também já atestado em 1897-1918, ou seja, quando *Menezes* foi substituído, *Bonfim* já existia antes no sistema (aplicado a região contígua) e foi estendido para essa outra região antes denominada *Menezes*.

Tabela 3 – Topônimos de bairros da cidade de Belo Horizonte de 1897 a 1961 com mudança por padrão básico em relação a 2026 (sistema de bairro oficial)

	1897-1918	1919-1928	1929-1936	1937-1944	1945-1952	1953-1961	Total
Pré-existent	29 (51,8%)	7 (63,6%)	25 (78,1%)	20 (90,9%)	38 (86,4%)	49 (83,1%)	168 (75,0%)
Novos	27 (48,2%)	4 (36,4%)	7 (21,9%)	2 (9,1%)	6 (13,6%)	10 (16,9%)	56 (25,0%)
Total	56 (100%)	11 (100%)	32 (100%)	22 (100%)	44 (100%)	59 (100%)	224 (100%)

Fonte: elaborada pelos autores

¹² Os autores agradecem a um dos pareceristas por ter chamado a atenção para o fato de os casos de reversão serem polêmicos, já que, na memória dos moradores, as denominações antigas podem ter continuado existindo de forma ininterrupta. Reversões na toponímia da cidade de Belo Horizonte existiram também em relação a logradouros básicos (Cambaia; Seabra, 2022).

Tabela 4 – Topônimos de bairros da cidade de Belo Horizonte de 1897 a 1961 com mudança por padrão básico em relação a 2026 (sistema de bairro popular)

	1897-1918	1919-1928	1929-1936	1937-1944	1945-1952	1953-1961	Total
Pré-existent	7 (10,8%)	15 (55,6%)	31 (75,6%)	14 (70,0%)	32 (82,1%)	47 (82,5%)	146 (58,6%)
Novos	58 (89,2%)	12 (44,4%)	10 (24,4%)	6 (30,0%)	7 (17,9%)	10 (17,5%)	103 (41,4%)
Total	65 (100%)	27 (100%)	41 (100%)	20 (100%)	39 (100%)	57 (100%)	249 (100%)

Fonte: elaborada pelos autores

Ambas as tabelas mostram que mais da metade das denominações de bairros da cidade de Belo Horizonte em uso entre 1897 e 1961 que mudaram em relação a 2026 adotaram formas pré-existent no sistema toponímico dessa localidade: 75% no sistema oficial e 58,6% no popular. Vê-se, ademais, que o sistema oficial aproveitou mais as formas pré-existent do que o popular (com diferença a menos de 16,4 p.p. para este último). Confirma-se assim a hipótese de trabalho: *a baixa estabilidade dos nomes de bairro da cidade de Belo Horizonte de 1897 a 1961 em relação a 2026 foi decorrente de uma política de extensão de denominações*, já que a maioria das formas adotadas nas mudanças era de pré-existent.

No estudo prévio sobre os nomes de bairros da cidade de Belo Horizonte em uso entre 1897 e 1961, Cambraia e Drumond (2025) examinaram a motivação desses topônimos. Para complementar a análise do processo de mudança, convém examinar como a política de extensão de denominações afetou o resultado final do sistema com referência às formas atuais.

Tabela 5 – Motivação dos topônimos de bairros da cidade de Belo Horizonte de 1897-1961 em relação a 2026 (continua)

	Motivação	1897-1961	2026 (Oficial)	2026 (Popular)
Natureza física	Astrotopônimos	4 (1,1%)	3 (1,7%)	3 (1,7%)
	Cardinotopônimos	6 (1,7%)	—	3 (1,7%)
	Cromotopônimos	1 (0,3%)	1 (0,6%)	—
	Fitotopônimos	7 (2,0%)	2 (1,1%)	3 (1,7%)
	Geomorfotopônimos	9 (2,5%)	7 (4,0%)	8 (4,5%)
	Hidrotopônimos	17 (4,8%)	7 (4,0%)	7 (4,0%)
	Litotopônimos	2 (0,6%)	—	2 (1,1%)
	Meteorotopônimos	1 (0,3%)	—	—
	Zootopônimos	—	—	1 (0,6%)
Mista	Fito-antropotopônimos	—	—	1 (0,6%)

Tabela 5 – Motivação dos topônimos de bairros da cidade de Belo Horizonte de 1897-1961 em relação a 2026 (conclusão)

	Motivação	1897-1961	2026 (Oficial)	2026 (Popular)
Natureza antropocultural	Animotopônimos	17 (4,8%)	8 (4,5%)	7 (4,0%)
	Antropotopônimos	80 (22,5%)	40 (22,7%)	25 (14,2%)
	Corotopônimos	45 (12,6%)	28 (15,9%)	20 (11,4%)
	Cronotopônimos	9 (2,5%)	6 (3,4%)	9 (5,1%)
	Ecotopônimos	2 (0,6%)	1 (0,6%)	1 (0,6%)
	Ergotopônimos	3 (0,8%)	1 (0,6%)	1 (0,6%)
	Etnotopônimos	3 (0,8%)	—	—
	Hagiotopônimos	43 (12,1%)	28 (15,9%)	25 (14,2%)
	Hierotopônimos	8 (2,2%)	2 (1,1%)	4 (2,3%)
	Historiotopônimos	6 (1,7%)	4 (2,3%)	3 (1,7%)
	Hodotopônimos	9 (2,5%)	1 (0,6%)	5 (2,8%)
	Numerotopônimos	22 (6,2%)	20 (11,4%)	—
	Poliotopônimos	6 (1,7%)	5 (2,8%)	4 (2,3%)
	Sociotopônimos	90 (25,3%)	28 (15,9%)	46 (26,1%)
	Não identificados	1 (0,3%)	—	—
Total		391 (100%)	192 (100%)	178 (100%)

Fonte: elaborada pelos autores

Os dados da tabela 5 permitem ver, primeiramente, que houve uma diminuição no inventário de topônimos referentes a nomes de bairro, considerando os itens analisados: foram atestados 391 entre 1897 e 1961, mas as áreas por eles nomeadas abarcam hoje apenas 192 no sistema oficial e 178 no sistema popular. Vê-se, portanto, que a política de extensão de topônimos para áreas maiores resultou em uma redução no inventário e esse processo foi mais forte no sistema popular do que no oficial.

Além disso, pode-se perceber que os topônimos de natureza antropocultural são predominantes nos três grupos¹³: 96,3% em 1897-1961, 97,7% no sistema oficial em 2026 e 85,2% no sistema popular em 2026.

Enquanto, no período entre 1897 e 1961, o tipo mais frequente era de sociotopônimos (25,3%), seguido pelos antropotopônimos (22,5%), já no sistema oficial em 2026 predominam os antropotopônimos (22,7%), seguidos pelos sociotopônimos, corotopônimos e hagiotopônimos empatados (15,9% cada), e, no sistema popular em 2026, predominam os sociotopônimos (26,1% do total), seguidos pelos antropotopônimos e

¹³ O caso único de natureza mista é o da denominação composta *Bairro Caiçara-Adelaide*: *Caiçara* é fitotopônimo (natureza física) e *Adelaide* é antropotopônimo (natureza antropocultural).

hagiotopônimos empatados (14,2% cada) e, por fim, os corotopônimos (11,4%). Os demais tipos ficam, de forma geral, distantes desses valores.

No que se refere ao princípio do vetor antropotoponímico, Cambraia e Drumond (2005) tinham constatado que, dentro da faixa de tempo 1897-1961, esse princípio não tinha atuado apenas no período de 1937 a 1952. Mas, considerando agora o período 1897-1961 em relação a 2026, percebe-se que, no sistema oficial, houve um aumento ínfimo de 0,2 p.p. (de 22,5% para 22,7%), e, no sistema popular, houve uma queda significativa de 8 p.p. (de 22,2% para 14,2%). Então, embora os antropotopônimos sejam uma categoria importante, não houve o aumento de sua presença que o princípio do vetor antropotoponímico deveria ter causado.

No que tange ao princípio da extensão limitada¹⁴, percebe-se, no entanto, um fortalecimento de sua atuação, como se pode verificar nos dados da tabela abaixo.

Tabela 6 – Extensão dos topônimos de bairros da cidade de Belo Horizonte de 1897-1961 em relação a 2026

Extensão	1897-1961	2026 (Oficial)	2026 (Popular)
1	187 (47,8%)	88 (45,8%)	92 (51,7%)
2	134 (34,3%)	74 (38,5%)	78 (43,8%)
3	40 (10,2%)	23 (12,0%)	5 (2,8%)
4	19 (4,9%)	6 (3,1%)	1 (0,6%)
5	10 (2,6%)	1 (0,5%)	2 (1,1%)
6	1 (0,3%)	—	—
Total	391 (100%)	192 (100%)	178 (100%)

Fonte: elaborada pelos autores

Os dados da tabela 6 demonstram que houve diminuição, tanto no sistema oficial quanto no popular, de topônimos com extensão 4, 5 e 6, o que é compatível com o princípio da extensão limitada. Enquanto, no sistema oficial, as extensões 2 e 3 aumentaram (4,2 p.p. e 1,8 p.p., respectivamente),

¹⁴ Na contagem dos itens de que se compõem os topônimos, não se consideraram os elementos genéricos nem conectores articulados ou não (*de, do, da, dos e das*) imediatamente depois dos referidos elementos. A sigla UFMG foi computada como apenas um item. Numerais foram computados considerando a forma por extenso (p. ex., 14^a = décima quarta).

já a extensão 1 diminuiu (2 p.p.), o que contraria o referido princípio. No sistema popular, no entanto, a extensão 3 diminuiu (7,4 p.p.) e as extensões 1 e 2 aumentaram (3,9 p.p. e 9,5 p.p.), o que era esperado considerando o princípio em questão. Em síntese, o princípio da extensão limitada atuou de forma geral como tendência, mas, no sistema popular, sua atuação foi mais consistente.

Os resultados obtidos no presente estudo permitem ensaiar uma interpretação mais sistêmica da mudança toponímia referente a nomes de bairros da cidade de Belo Horizonte.

Nas fases iniciais do período entre 1897 e 1961, os topônimos de bairro da cidade eram fundamentalmente de quatro tipos¹⁵: os *numerotopônimos* atribuídos pela Comissão Construtora da Nova Capital nas zonas urbana e suburbana (p. ex., *1ª Seção Urbana* e *1ª Seção Suburbana*), os *sociotopônimos* referentes às fazendas (p. ex., *Bairro da Gameleira*) que estavam sendo loteadas e incorporadas com a expansão da cidade, os *hidrotopônimos* referentes aos cursos d'água que cortavam a cidade (p. ex., *Bairro Córrego do Leitão*) e os *antropotopônimos* vinculados aos núcleos coloniais (p. ex., *Núcleo Colonial Afonso Pena*).

Os numerotopônimos não remetiam a elementos da cidade que os habitantes reconhecessem visualmente, então começaram a ser substituídos espontaneamente: *Bairro do Comércio* (sociotopônimo) para a 1ª Seção Urbana, *Bairro dos Funcionários* (antropotopônimo na classificação adaptada adotada neste estudo) para 6ª Seção Urbana e *Bairro do Quartel* (sociotopônimo) para a 8ª Seção Suburbana. Estes três novos topônimos estão atestados já em 1900, ou seja, três anos depois da inauguração da cidade. Em outras regiões, adotavam-se nomes herdados de antes da fundação da capital, como os hidrotopônimos (p. ex., *Bairro Lagoinha* para a 6ª Seção Suburbana), dentre outros.

Uma segunda mudança importante foi o início da aprovação do loteamento de vilas a partir de 1919, que com frequência consistiam em antropotopônimos (p. ex., *Vila Maria Aparecida*), recorrentemente vinculados a familiares do proprietário ou a ele próprio, e corotopônimos (p.

¹⁵ Para uma análise segmentada por faixas temporais (1897-1918, 1919-1928, 1929-1936, 1937-1944, 1945-1952 e 1953-1961), mas ainda sem as poucas adaptações esclarecidas na metodologia do presente estudo, cf. Cambraia e Drumond (2025, p. 13-14).

ex., *Vila Petrópolis*), que eram a principal motivação nos nomes de ruas da cidade (Cambráia; Seabra, 2025, p. 297-298).

Paralelamente, o padrão de denominação de bairros a partir de equipamentos urbanos, que tinha sido iniciado com *Bairro do Quartel*, começou a se tornar produtivo na zona urbana, sendo aplicado em seguida a regiões no entorno de templos religiosos (*Bairro Santa Efigênia*, *Bairro Santa Tereza* e *Bairro Santo Antônio*) ao longo da década de 1920.

No caso dos hagiotopônimos, dois dos fatores que os promoveram foram a adoção de *hagiotopônimos aparentes* e a aplicação do *princípio da adjacência*. No caso dos hagiotopônimos aparentes, segundo a terminologia de Lima (1998, p. 422), tem-se o nome de parente vivo ou mesmo falecido que é “metamorfoseado” em nome de santo, como no caso de *Vila São Leopoldo* (Leopoldo era o nome do filho do proprietário do respectivo loteamento). No caso do princípio da adjacência, nos termos de Cambráia e Drumond (2025, p. 21), o nome de uma região é influenciado pelo da adjacente: o caso já comentado de *Bairro Santo Antônio*, motivado pela existência de templo homônimo na área, influenciou o da área adjacente, que foi denominada *Bairro de São Pedro* (DM 91, 30/05/1936), mesmo não existindo templo com referência a este santo na região respectiva. Os três primeiros casos de hagiotopônimos autênticos parecem ter sido *Vila Santo André* (12/12/1925), *Vila Santa Terezinha* (25/02/1927) e *Vila São Geraldo* (25/08/1927), loteamentos fora da zona suburbana, mas, como não se pôde conhecer o nome do proprietário e/ou dos parentes do proprietário desses loteamentos, não é improvável que também fossem casos de hagiotopônimos aparentes.

Como se pode ver pela tabela 5, no período de 1897 a 1961, havia 22 tipos diferentes de topônimos por motivação referentes a nome de bairro na cidade de Belo Horizonte, mas a sua matriz toponímica se sustentava fundamentalmente no quarteto *sociotopônimo* (25,3%), *antropotopônimo* (22,5%), *corotopônimo* (12,6%) e *hagiotopônimo* (12,1%).

A partir da década de 1960, a administração pública começa realizar ações voltadas para uma intervenção mais sistemática sobre as denominações de bairro. Várias normas foram promulgadas, sendo de especial interesse a LM 1212 (01/12/1965), o DM 2157 (13/01/1972), o DM 2337 (27/02/1973) e, em especial, a LM 9691 (19/01/2009), que fixou os limites e as

denominações dos bairros então existentes, alterados depois pela LM 10698 (10/01/2014) e atualizados pela LM 11490 (05/05/2023).

Do resultado da ação de vários agentes da administração autorizados por essas normas¹⁶, consolidou-se ao longo do tempo uma política reiterada de união de diferentes loteamentos contíguos, política esta menos atuante no sistema oficial e mais atuante no popular. Essas uniões de loteamento diminuía o número de loteamentos pequenos com denominação própria e com limites que não se ajustavam a quarteirões completos. O processo de extensão de denominações vinculado a essas uniões era um expediente recorrente que contribuía também para supressão de multiplicidade de topônimos (mesmo topônimo para loteamentos diferentes). Um limite para a substituição arbitrária de topônimos foi o princípio da continuidade: se era para mudar, teria de ser um topônimo de loteamento contíguo. Mas, em certos casos, houve a adoção de denominação nova, como nos casos de junção.

Duas diferenças importantes de 1897-1961 a 2026 entre o sistema oficial e o popular foram a *supressão total dos numerotopônimos* no sistema popular (que continuaram existindo no oficial) e a *redução significativa de antropotopônimos* também no sistema popular (que aumentaram levemente no oficial). Como já salientado, os numerotopônimos tendiam historicamente a ser substituídos pelos sociotopônimos: trocavam-se denominações pouco orientadoras do ponto de vista espacial e passíveis de confusão (1ª seção: urbana ou suburbana?) por denominações vinculadas a elementos visíveis (os equipamentos urbanos). Já os antropotopônimos eram vinculados a nomes de familiares de proprietários (por vezes ainda vivos) ou dos próprios proprietários, então a aplicação do princípio da impessoalidade exigia a substituição por outros, que, como dito, teriam de ser, via de regra, de loteamentos contíguos, para que se pudesse realizar a extensão da denominação. A política de redução de antropotopônimos fica evidente quando se considera o destino dos antropotopônimos que foram substituídos: dos 45 de 1897-1961 que mudaram no sistema oficial, apenas 6 correspondem hoje a

¹⁶ Segundo o art. 7º do DM 2157/1972 e do DM 2337/1973, uma comissão especial para o tema seria constituída por um engenheiro, um urbanista e um advogado, todos dos quadros de pessoal da administração direta ou indireta da Prefeitura. A comissão prevista nessas normas atuou efetivamente de 1972 a 1986.

antropotopônimos e, dos 56 de 1897-1961 que mudaram no sistema popular, apenas 3 correspondem hoje a antropotopônimos.

Deve-se salientar que essas duas diferenças não são as únicas (embora pareçam ser as mais notáveis), basta ver aspectos como a supressão de cardinotopônimos e litotopônimos no sistema oficial, diminuindo a já limitada presença de topônimos de natureza física, ou ainda a supressão de cromotopônimos no sistema popular, com o mesmo efeito.

Segundo Ramos e Venâncio (2002), existiria um percurso toponímico básico de mudança com a seguinte feição: *nome descritivo* > *nome religioso* > *nome indígena* > *nome de pessoa* > *nome com sufixo -polis* ou *-lândia*. Ao examinar favelas da cidade de Belo Horizonte, eles constataram a sequência *nome descritivo* > *nome religioso*. No que se refere ao presente estudo, deve-se assinalar, em primeiro lugar, que os topônimos efetivamente descritivos (entendidos aqui como aqueles que retratavam alguma característica da região a que foram atribuídos) sempre foram raros nos nomes de bairro da cidade. Na faixa de tempo mais pretérita do período analisado, ou seja, 1897-1918, havia predominância absoluta de sociotopônimos, com 40,9%, contra nenhum nome religioso, fosse hagiotoponímico fosse hierotopónimo (Cambraia; Drumond, 2025, p. 13-14). Os sociotopônimos eram predominantes, porque se referiam às fazendas onde os loteamentos estavam sendo feitos e os nomes religiosos não existiam porque a fundação da cidade foi feita sob a égide do positivismo, com minoração deliberada de referência religiosa. Então a sequência *nome descritivo* > *nome religioso* não se verifica como um padrão na história pretérita dos nomes de bairro da cidade de Belo Horizonte. Segundo o percurso básico proposto por Ramos e Venâncio (2002), haveria ainda a sequência *nome religioso* > *nome indígena* > *nome de pessoa*. Um primeiro obstáculo para a procedência dessa sequência é o fato de os nomes indígenas também serem raríssimos nos nomes de bairro da cidade (referiam-se a etnias, rios, cidades, dentre outros): no *corpus* do período 1897-1961, há poucos casos, como *Vila Tupi*, *Bairro Guarani*, *Vila Ipanema*, etc., que não chegam a 5% do total. Além disso, como visto antes, a tendência constatada foi substituir nomes de pessoa por outros tipos, incluindo casos de hagiotoponímicos. Ramos (2008, p. 246) também não confirmou, no seu *corpus* de topônimos baianos, a unidirecionalidade do percurso proposto por Ramos e Venâncio (2002).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente estudo sobre a baixa estabilidade dos topônimos referentes a nomes de bairro da cidade de Belo Horizonte, analisaram-se 391 topônimos atestados entre 1897 e 1961 e os correspondentes nas áreas respectivas no ano de 2026. Testou-se a hipótese de que essa baixa estabilidade foi decorrente de uma política de extensão de denominações, o que foi confirmado, uma vez que 75% dos topônimos atuais que substituíram os correspondentes entre 1897 e 1961 eram pré-existentes no sistema toponímico da cidade, ou seja, foram estendidos para áreas contíguas que tinham outras denominações.

Longe de ser um bloco monolítico e uniforme, o inventário de nomes de bairro da cidade de Belo Horizonte apresenta grande diversidade de motivações, mas com predomínio nítido de *sociotopônimos*, *antropotopônimos*, *corotopônimos* e *hagiotopônimos*. Por um lado, vê-se claramente a atuação de alguns princípios de estruturação da toponímia urbana motivando e moldando a configuração desse conjunto, regidos sobretudo pela racionalidade administrativa. Por outro lado, parecem intervir também fatores de outra ordem, como os componentes cognitivos da memória e da visão. Há topônimos que preservam a história social (como os nomes de fazendas e povoados) e a pessoal (como os nomes de proprietários de loteamentos e de seus familiares) regidos pelo componente cognitivo da memória. Mas concorrem com eles os topônimos que facilitam a orientação espacial dos habitantes da cidade com base em equipamentos urbanos (especialmente templos religiosos) regidos pelo componente cognitivo da visão. Em função disso, parece improvável existir um modelo de percurso universal de mudança que seja capaz de dar conta da história da toponímia de qualquer localidade e de qualquer categoria (nomes de logradouros, de bairros, de cidades, etc.).

Agradecimentos

Os autores agradecem aos dois diligentes pareceristas anônimos pelas valiosas observações que permitiram aperfeiçoar o texto com os resultados deste estudo.

REFERÊNCIAS

BACKHEUSER, E. Toponímia (suas regras – sua evolução). **Revista Geográfica**, v. 9/10, n. 25/30, p. 163-195, 1949/1950. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40996352>. Acesso em: 28 fev. 2026.

BARRETO, A. **Belo Horizonte**: memória histórica e descritiva. 2. ed. rev. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais/Fundação João Pinheiro, 1996. 2 v. Disponível em: <https://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/consultaDetalheDocumento.php?iCodDocumento=53258>. Acesso em: 28 fev. 2026.

CAMBRAIA, C. N.; DRUMOND, L. C. Nomes de bairro: um estudo sobre a constituição histórica da toponímia da cidade de Belo Horizonte (1897-1961). **Filologia e Linguística Portuguesa**, v. 27, n. 1, p. e-235311, 2025. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v27i1e-235311>. Acesso em: 28 fev. 2026.

CAMBRAIA, C. N.; SEABRA, M. C. T. C. de. A batalha dos topônimos: reversão toponímica nos primórdios da cidade de Belo Horizonte. **Humanidades & Inovação**, v. 9, p. 84-100, 2022. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/7713>. Acesso em: 28 fev. 2026.

CAMBRAIA, C. N.; SEABRA, M. C. T. C. de. Princípios de estruturação da toponímia urbana: uma análise comparativa da toponímia do primeiro trintênio da cidade de Belo Horizonte. **Alfa: Revista de Linguística**, v. 68, p. e18222, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5794-e18222>. Acesso em: 28 fev. 2026.

CAMBRAIA, C. N.; SEABRA, M. C. T. C. de. **Fontes para o estudo da toponímia da cidade de Belo Horizonte**: *Indicador de Ruas do Almanak Laemmert* de 1935. São Carlos: Pedro & João Editores, 2025. Disponível em: https://pedroejoaoeditores.com.br/?pje_download=25185. Acesso em: 28 fev. 2026.

COROMINAS, J.; PASCUAL, J. A. **Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico**. Madrid: Gredos, 1980. 6 v.

CRYSTAL, D. **Dicionário de lingüística e fonética**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

DICK, M. V. de P. do A. **Toponímia e antroponímia no Brasil**: coletânea de estudos. 2. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1990.

LIMA, I. A. A motivação religiosa nos topônimos paranaenses. **Estudos Linguísticos**, São José do Rio Preto, v. 27, p. 422-428, 1998. Disponível em: http://www.gel.hospedagemdesites.ws/arquivo/anais/1308767010_65.lima_ivone.pdf. Acesso em: 28 fev. 2026.

RAMOS, J. M.; VENÂNCIO, R. P. Topônimos mineiros: uma fonte para a história social da língua portuguesa. *In*: DUARTE, M. E. L.; CALLOU, D. (orgs.). **Para a história do português brasileiro**: notícias de corpora e outros estudos. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002, vol. 4, p. 112-23.

RAMOS, R. T. **Toponímia dos municípios baianos**: descrição, história e mudança. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) — Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/31683>. Acesso em: 28 fev. 2026.

SANTIAGO, I. G. **A nomeação na Bahia setecentista**: estudo da toponímia de base portuguesa no *Mapa da Capitania da Bahia de Todos os Santos* (1761-1807). Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) — Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2021. Disponível em: <http://tede2.uefs.br:8080/handle/tede/1383>. Acesso em: 28 fev. 2026.

CAMBRAIA, César Nardelli; DRUMOND, Lucas Cristino. Mudança toponímica: nomes de bairro da cidade de Belo Horizonte. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 16, e101199, 2026. DOI: 10.36517/ep16.101199.